

## COERÊNCIA DO TEXTO \*

0. Na caracterização de base linguística (ou suficientemente informada de uma base linguística) do Texto, ganha particular relevo a noção de *coerência*. Apresentada embora, algumas vezes, de forma não totalmente consistente, e obtendo embora matizes, não raro difusos, que lhe advêm de 'subcategorizações' (tais como as reveladas nas expressões «coerência semântica», «coerência pragmática», «coerência temática», «coerência funcional», «coerência narrativa», «coerência argumentativa»... e outras), a coerência é generalizadamente invocada como dimensão basilar do Texto, ou mesmo como propriedade que separa o Texto do «não-texto», tomado este como arbitrária ou desconexa sequência de frases (ou, na terminologia aqui adoptada, de Enunciados) <sup>1</sup>.

Neste estudo, depois de reter, de modo necessariamente breve, o que julgo constituir o núcleo definidor da noção de coerência, procurarei:

1 — sustentar que, embora adquira no Texto uma particular saliência, a coerência não é uma dimensão dele exclusiva — antes uma dimensão de todos os produtos verbais manifestados em *signos extensos* (Sintagma, Enunciado, Texto);

2 — explicitar as razões por que a coerência obtém no Texto uma notória saliência, em contraste com o (ou algum) obscurecimento que lhe advêm no Enunciado (EN) e nas unidades intra-EN.

---

\* Retomo neste artigo o texto de uma comunicação apresentada, com o mesmo título, ao Colóquio Estudos Linguísticos/Teoria do Texto, realizado na Universidade de Évora em Março de 1985.

<sup>1</sup> A problemática abordada neste trabalho é objecto de uma análise mais demorada em FONSECA, J. — *Coesão em Português. Semântica-Pragmática-Sintaxe*, Porto, 1981.

1. A *construção do texto* pelo locutor representa a *linearização*, sujeita aos esquemas formais de cada língua, de uma *totalidade de significação* por ele *intendida*, cumprindo uma determinada função de comunicação num quadro enunciativo específico. (Convém lembrar que esta totalidade de significação intendida pelo locutor só se torna disponível no e pelo texto efectivamente concretizado, através da *reconstrução* — quase sempre meramente aproximativa — que dela faz o receptor).

Tal intenção comunicativa global fixa um *universo de discurso*, não apenas delimitando os *designados possíveis* e suas relações (os «objectos» e o que deles se predica, as situações, os factos, os acontecimentos e seus protagonistas, e os papéis que estes neles desempenham), mas igualmente recortando um dado *rumo discursivo* (ou rumos discursivos dominantes e seu entrosamento).

A configuração de um campo de referências (ou campo temático) integrado e o recorte de um rumo discursivo consistente — ambos enraizados, como se anotou, na intenção comunicativa global que preside ao acto verbal e sempre *domina* o seu desenvolvimento — constituem uma dimensão central da noção de coerência do Texto. Outras dimensões se lhe juntam, porém, e não raro é a elas que quase exclusivamente (ou pelo menos mais insistentemente) se faz referência na caracterização daquela mesma noção. Dizem elas respeito à exigência de *não tautologia*, de *não contradição* e de *relevância* entre o comunicado em sucessivos ENs e entre o comunicado em sucessivas sequências de ENs (cada uma delas correspondente a uma macroestrutura) do Texto.

Por força destas exigências (princípios de não tautologia, de não contradição e de relevância, correntemente designados de *condições de coerência textual*), o mundo textual instaurado na base da totalidade de significação intendida pelo locutor desenvolve-se gradualmente, distribuindo-se de forma homogénea, ligada, consequente, pelos ENs em que se materializa o Texto <sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Observar-se-á que qualquer dos princípios atrás enunciados é passível de violação — o que constitui factor do desenho de *graus de coerência textual* (questão que aqui não posso abordar), onde intervêm também e decisivamente aspectos específicos da *constituição do sentido do Texto* (Ver, mais abaixo, 5). Essa violação deverá, porém, situar-se dentro de limites que salvaguardem a configuração suficientemente consistente de uma *continuidade de sentido* no

Cada fragmento do Texto (cada EN ou sequência integrada de ENs) fica, deste modo, mergulhado num complexo de *interdependências* — desenhadas, num plano vertical, com a intenção comunicativa global (e, através dela, com as coordenadas do acto verbal) e, num plano horizontal, com o manifestado no contexto verbal — revelando-se, assim, o *lugar de intersecção* da totalidade de significação entendida com o comunicado nos outros fragmentos imediatamente vizinhos.

A coerência do Texto pode, assim, tomar-se como fundada sobre a *adequação* do comunicado vasado em cada fragmento do Texto (EN ou sequência integrada de ENs) simultaneamente à intenção comunicativa global que preside ao acto linguístico e o domina e às parcelas em algum momento já manifestadas dessa intenção. Desta adequação, desenvolvida naquele duplo plano, resulta a *continuidade de sentido* que congrega e unifica a mensagem distribuída pelo todo textual. Em suma, o que se comunica num dado momento do discurso «virá a propósito» do tópico global e das parcelas dele já configuradas, no que se consumará uma necessária progressão da mensagem na necessária junção (ou concordância ou convergência) com o que ficou já manifestado, no quadro de uma intenção comunicativa global apropriadamente inscrita numa dada situação.

Deste modo, o Texto apresentar-se-á coerente tanto ao nível *local* (ou *microestrutural*) como ao nível *global* (ou *macroestrutural*).

2. As considerações até aqui desenvolvidas permitem-me já avançar os seguintes pontos:

(i) a coerência concerne ao conteúdo designativo-comunicativo do Texto, ao «mundo» nele recriado, em suma, ao designado; (convirá lembrar que o «mundo» para que remetem os signos é, como se sabe, *exterior* às línguas naturais — LNs);

(ii) a exigência de não tautologia e de não contradição entre os fragmentos do mundo recriado nos sucessivos ENs que realizam o Texto, do mesmo modo que a exigência de relevância entre esses

---

quadro da totalidade de significação entendida pelo locutor. (Ver, mais adiante, nota 5).

Anotar-se-á também que qualquer dos referidos princípios pode ser suspenso intencionalmente pelo locutor, na busca de efeitos expressivo-apelativos ou em ordem à manifestação do «absurdo».

mesmos fragmentos, revelam-se princípios gerais da estruturação do mundo textual que convergem ou se identificam com normas *universais* (também, como o designado, *exteriores* às LNs, e delas *independentes*, se bem que a elas *não alheias*) que regem o exercício do pensamento e a construção do conhecimento; (pelo que)

(iii) o carácter consequente da articulação do conteúdo designativo carregado por cada um dos ENs (ou sequências integradas de ENs) que materializam o Texto é avaliado na base tanto dos princípios que pautam o exercício do pensamento como do conhecimento do mundo: o mundo textual será coerente, se os factos, os acontecimentos, as situações... recriados no Texto se interligam à imagem e semelhança do que ocorre no mundo «real», cognitivamente ordenado pelos falantes enquanto seres inteligentes, ou num «mundo possível», imediata ou derivadamente acessível na base dos mesmos princípios da construção do conhecimento e do exercício do pensamento.

As observações enunciadas em (i), (ii) e (iii) apontam para a conclusão de que a coerência:

a) não é (como acima foi enunciado) uma dimensão exclusiva do Texto — antes de todos os produtos verbais manifestados em *signos extensos* (do Sintagma ao Texto);

b) não é uma dimensão *idiomática* dos produtos verbais — pois não releva da organização e funcionamento de uma LN enquanto sistema de instrumentos e de mecanismos «internos» para a manifestação verbal, antes releva do funcionamento de todas as línguas, ou seja, da linguagem verbal em geral (ou mesmo, mais rigorosamente, da linguagem qualquer que seja a sua forma de expressão);

c) coincide com a conformidade que todos os produtos verbais, em qualquer língua, devem revelar a princípios gerais que presidem ao conhecimento do mundo e ao exercício do pensamento, de que decorrerá uma não ruptura do mundo recriado nesses mesmos produtos com o(s) «mundo(s)» que se oferece(m) à ordenação e representação intelectivas por parte dos falantes enquanto seres inteligentes (atentas, naturalmente, as diferenciações histórico-social e culturalmente configuradas em cada comunidade, em cada um dos seus estádios de vida colectiva).

Importará, com certeza, fundamental, ainda que de modo sumário, as conclusões apontadas.

3.1. Os «objectos», factos, acontecimentos, situações... que reconhecemos no mundo em que estamos mergulhados surgem-nos, não como realidades isoladas, antes interligadas por um complexo de relações. (Isso mesmo se cumpre em qualquer «mundo possível» que, enquanto seres inteligentes, fazemos projectar). Tal decorre da apreensão cognitiva, da ordenação intelectual a que submetemos o mundo, ou seja, da *conceptualização* do que nos rodeia e do que experimentamos.

Constitui o acto linguístico uma referência a esse mundo intelectivamente ordenado, que justamente se molda, em diferentes soluções formais, nos signos integrantes de cada uma das LNs.

Todo o produto verbal configura, assim, uma mensagem marcada *naturalmente* por uma verosimilhança semântico-referencial, isto é, uma mensagem conforme ao «estado de coisas» desenhado pelo *saber* acerca do mundo partilhado pelos falantes enquanto seres inteligentes.

Exactamente porque o exercício linguístico tem uma tal raiz cognitiva, conceptual (que suporta a referência ao mundo nele realizada), o que sucessivamente se comunica num dado produto verbal não só se apresentará entre si compatível e não contraditório, como também se revelará de algum modo interligado. É nesta base que dizemos de um dado produto verbal que ele «faz sentido». Com este juízo pretendemos significar que um tal produto verbal carrega uma mensagem cujos termos se articulam numa combinatória consistente, à imagem e semelhança das expectativas derivadas do conhecimento das «coisas», da experiência, do «senso comum» relativo a acontecimentos, situações... tal como eles se projectam no mundo que nos circunda (ou num «mundo possível» que, a partir daquele, ou tomando-o de algum modo como ponto de referência, sabemos configurar).

Ora é justamente nesta não ruptura do mundo recriado nos produtos verbais com o mundo cognitivamente ordenado para que remetem que reside a sua coerência. Salvaguarda esta, pois, a conveniência dos signos às «coisas» a que o locutor, ao actualizá-los, intende fazer referência: «... si dans une situation donnée» — escreve Grize — «un locuteur A adresse un discours à un autre locuteur virtuel B, je dirai que A propose une schématisation à B, qu'il construit un micro-univers devant B, univers qui se veut vraisemblable

pour B»<sup>3</sup>. Esta verosimilhança converge, justamente, com a conformidade do micro-universo proposto pelo locutor com o mundo, e, logo, com a interligação consequente entre os termos integrantes desse micro-universo que determina que a «schématisation est une»<sup>4</sup>.

Ter-se-á presente que a *designação* constitui a finalidade genérica do exercício linguístico e que, por outro lado, o designado é, para os indivíduos envolvidos nesse exercício, o dado imediato dos produtos verbais. Por isso, a coerência é também dimensão imediata desse produtos, a que todos os falantes são intuitivamente sensíveis. Pela mesma razão, a coerência surge como uma propriedade naturalmente inscrita nos produtos verbais: a conformação destes ao conhecimento do mundo revela-se uma condição universal da actividade linguística — condição que encontra o seu fundamento na natureza humana e social dessa actividade. Do ângulo do locutor, essa conformação constitui um constrangimento espontaneamente assumido, e, do lado do receptor, uma expectativa óbvia, ditados um e outra pelo desígnio que anima — ou deve animar — os participantes no acto verbal de entre si comunicarem, isto é, de se fazerem presente, através dos signos actualizados, uma momentânea apreensão cognitiva do mundo<sup>5</sup>.

3.2. De acordo com o exposto, torna-se visível que a coerência dos produtos verbais não é uma dimensão *idiomática* desses produtos, ou seja, torna-se patente que ela se agrega ao funcionamento da

---

<sup>3</sup> GRIZE, J.-B. — *Logique et organisation du discours*, in DAVID, J.; MARTIN, R. (eds.) — «Modèles logiques et niveaux d'analyse linguistique», Paris, 1976, p. 95.

<sup>4</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 98.

<sup>5</sup> Na base do que se acabou de referir, dir-se-á que o receptor concede o '*benefício da coerência*' aos produtos discursivos que recebe, e que, devendo mostrar-se animado de uma vontade inequívoca de cooperação com o locutor, buscará sincera e inteligentemente as conexões indispensáveis para retirar de cada um deles um 'sentido consistente', anulando desse modo eventuais momentos de 'descontinuidade' no desenvolvimento da mensagem. Ou seja: por força do quadro 'jurídico' especificamente desenhado e instituído na e pela comunicação, o receptor será conduzido a otimizar a coerência dos produtos discursivos, restaurando, derivando ou impondo os nexos que sirvam adequadamente à reconstrução da totalidade de significação que ele mesmo se dá como intendida pelo locutor, ou de qualquer das parcelas dessa totalidade. Nestas circunstâncias, torna-se claro que a coerência se eleva à qualidade de *princípio interpretativo* básico dos produtos verbais.

linguagem verbal em geral, e não especificamente ao funcionamento de cada LN entendida estritamente como sistema formal de entidades ideais, de oposições funcionais e princípios «internos» da sua projecção em discurso. Por outras palavras: a coerência respeita aos produtos verbais (que se revelam, obviamente, em signos integrantes de uma LN particular) naquilo que neles releva não da sua subordinação a princípios estritamente idiomáticos que respondem pela «boa formação» das unidades frásicas e do *transfrástico* — mas sim da sua conformidade ao que, com E. Coseriu, chamarei *saber elocucional*<sup>6</sup>, ou, de preferência, ao que, com B. Pottier, designarei de *suporte lógico-conceptual* da organização das LNs e da estruturação e funcionamento dos discursos em cada uma delas vasados<sup>7</sup>.

O plano lógico-conceptual suscitado, sendo embora exterior às LNs e delas independente, não lhes é efectivamente alheio, pois se revela constituir não apenas um guia ou espaço de referência para a estruturação e funcionamento dos signos extensos, mas também, e sobretudo, a própria raiz dessa estruturação e funcionamento. Esse plano corresponde precisamente à apreensão cognitiva do mundo, isto é, à representação intelectual dada pelos falantes quer aos «objectos» e às propriedades que lhes convêm e relações entre eles entretecidas, quer aos factos, acontecimentos... no que toca tanto aos protagonistas e aos papéis que estes neles desempenham como à sua previsível sequência e entrosamento<sup>8</sup>. É a esse plano que deve ser referida a coerência dos produtos verbais, que, na verdade, não

---

<sup>6</sup> COSERIU, E. — *Logique du langage et logique de la grammaire*, in DAVID, J.; MARTIN, R. (eds.) — *ob. cit.*

<sup>7</sup> POTTIER, B. — *Linguistique Générale. Théorie et Description*, Paris, 1974.

<sup>8</sup> Haverá que reconhecer que a ordenação cognitiva do mundo é, em largos segmentos, amplamente coincidente para todos os homens; interessa, no entanto, sublinhar que ela comporta sempre matizações histórica e sócio-culturalmente dependentes, a que correspondem mundividências específicas projectadas nas várias comunidades humanas, nos vários estádios da sua existência. A interpretação de um produto verbal — e a avaliação da sua coerência — far-se-á regularmente na base da consideração destes dois vectores: de um lado, na base da construção do conhecimento, em articulação com princípios — marcadamente universais — que pautam o exercício do pensamento; de outro lado, na base do contexto sócio-cultural específico de cada comunidade e de cada momento histórico — coordenada saliente de uma dada situação de comunicação, logo, das *condições de produção* de um determinado discurso. (Ver, mais abaixo, 5).

relewa da organização «interna» de uma língua. Isso mesmo fica claro — como claras ficam igualmente quer a *universalidade* quer idêntica *exterioridade* às LNs das normas de não tautologia, de não contradição e de relevância entre o sucessivamente comunicado num signo linguístico extenso — se considerarmos que uma mensagem se revela coerente ou incoerente qualquer que seja a língua em que se manifeste: um dado produto verbal a que convenha, quando vasado na LN<sub>1</sub>, o qualificativo de «coerente» ou de «incoerente», como tal também se mostrará se o seu conteúdo designativo-comunicativo for moldado numa LN<sub>2</sub>, LN<sub>n</sub>. (Supõe-se aqui sempre que sejam disponíveis para o receptor dados atinentes a eventuais mundividências específicas que *informem* o produto verbal na sua versão «originária»).

4. De acordo com o que se tem vindo a considerar, a combinação dos instrumentos verbais integrantes de uma dada LN que conduz às unidades que conhecemos como Sintagma, Enunciado e Texto é suportada imediatamente e sempre por princípios gerais, exteriores à organização dessa língua, que garantem a sua coerência. Ou seja: a combinação das lexias no Sintagma e no EN, e a combinação de ENs no Texto têm os seus limites na própria «realidade» (conceptualizada, cognitivamente ordenada) para que essas mesmas unidades remetem. Como já se compreendeu, é precisamente da salvaguarda desses limites, impostos pelas relações discerníveis na organização intelectual do mundo, que decorre a coerência dos produtos verbais.

4.1. A coerência dos produtos verbais surge, porém, ao nível do Sintagma e do EN simples de certo modo obscurecida, porque em muitas das realizações dessas unidades ela se funde integralmente com a sua «boa formação» semântico-sintáctica: os princípios idiomáticos que suportam a construção dessas unidades subsumem a dimensão da coerência, que justamente aí é acautelada directamente nas restrições de co-ocorrência (referidas à forma do significado e à substância do significado dos signos combinados). Ou seja: a coerência do Sintagma e do EN simples é subscrita directamente pelos princípios que comandam, no quadro de cada LN, a *construção sintagmática* e a *construção sintáctica*. Por isso, uma «incoerência» ao nível dessas unidades pode ser imediatamente tomada (e efectivamente assim se faz nas descrições-explicações linguísticas correntes) como momento



de «má formação», por infracção a restrições de co-ocorrência (com relevo particular para as restrições de selecção).

Sempre, porém, que não converge integralmente com a própria organização intrínseca dos produtos verbais no quadro daqueles princípios idiomáticos, a coerência adquire naquelas unidades linguísticas uma imediata evidência. Tal é o caso da congregação de termos entre os quais não operam restrições do co-ocorrência referidas à substância do significado (restrições de selecção). Então, a conveniência semântica é salvaguardada com referência directa ao *designado*, não à compatibilidade estritamente entre *significados* (manifestada, como se sabe, na projecção de recorrências sémicas em que estão envolvidos os classemas dos elementos em combinação).

Ainda no âmbito da construção das unidades fráscas, a coerência torna-se particularmente saliente na combinação de ENs que conduz ao EN composto e ao EN complexo.

A *relação de formação* que reúne os ENs constituintes destas unidades acautela a sua «boa formação» sintáctica — mas não responde pela conveniência entre as representações semânticas que correspondem a cada um desses constituintes, ou seja, pela «boa formação» semântica do EN composto e do EN complexo, que envolve directamente o designado.

As regularidades que se projectam na construção do EN composto e do EN complexo remetem claramente para as normas de coerência acima enunciadas — exigência de não tautologia, de não contradição e de relevância entre o denotado em cada um dos ENs constituintes. Observe-se que a condição essencial para a boa projecção dos *relatores* que articulam os termos imediatos do EN composto ou complexo é a de que efectivamente se cumpra, à luz do conhecimento do mundo, a conexão que, pelo seu próprio semantismo, tais instrumentos de relação estabelecem entre os factos, os acontecimentos, os estados... denotados em cada um desse termos<sup>9</sup>.

4.3. Em contraste com o (ou algum) obscurecimento que, nos termos do número anterior, advém à coerência ao nível das unidades fráscas e intrafráscas, tal dimensão dos produtos verbais obtém, como já acima se anotou, uma singular proeminência no Texto.

---

<sup>9</sup> Ver van DIJK, T. — *Text and Context. Explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse*, London, 1977.

Uma primeira razão para tal saliência reside exactamente no facto de que, com excepção do que respeita aos *relatores* (o que acima deles se disse quanto à articulação de ENs na construção do EN composto ou complexo vale para a articulação de ENs sintacticamente independentes), os recursos *idiomáticos* para a edificação do *transfrástico* (substitutos lexicais, selecção de artigos, elipse, anáfora/catáfora, articulação tema-remata) não garantem, por si mesmos, a exclusão de tautologia, de contradição e de irrelevância. Todos esses instrumentos e mecanismos não realizam coerência, *antes a pressupõem* como propriedade *naturalmente inscrita*, como escrevi acima, nos produtos verbais.

A esta primeira observação convirá juntar uma outra, que aponta no mesmo sentido.

O Texto não comporta uma dimensão *construcional*, na acepção que cabe à designação *construção* no âmbito da formação sintagmática e sintáctica: os ENs que realizam o Texto não estão entre si ligados por *relação de formação* (como o estão as lexias no Sintagma, os Sintagmas no EN, os ENs no EN composto ou complexo) que os *integre* (no sentido que E. Benveniste dá a *integração*)<sup>10</sup> numa unidade formal hierarquicamente superior. Mais simplesmente: os ENs não são os constituintes do Texto (como as lexias e as unidades formais que sobre elas se edificam são os constituintes, respectivamente, da *construção sintagmática* e da *construção sintáctica*).

Ora, como vimos, os princípios que em cada LN suportam essas construções salvaguardam (se bem que, como foi sublinhado, não em todas as realizações concretas das unidades frásicas e intrafrásicas) a conveniência entre o designado pelos signos combinados, ou seja, a coerência do Sintagma e do EN. Dado que tal dimensão construcional está ausente na estruturação do Texto, a sua coerência não pode ser salvaguardada por essa via: é claro que não há lugar entre os ENs que realizam o Texto para restrições de co-ocorrência (no sentido que cabe a essas restrições no âmbito da *construção sintagmática* e da *construção sintáctica*) que acautelem a interconveniência entre o que em cada um deles é comunicado.

5. As razões atrás invocadas para a particular saliência que obtém a coerência ao nível do Texto parecem justas e pertinentes.

---

<sup>10</sup> BENVENISTE, É. — *Problèmes de Linguistique Générale*, Paris, 1966.

No entanto, uma outra há, bem mais profunda, radicando no facto de que o Texto é por excelência uma unidade linguística em funcionamento concreto em contextos de comunicação, condição que suscita a sua caracterização numa base eminentemente enunciativo-pragmática.

Essa condição convoca naturalmente uma continuada interdependência e interacção *texto-situação-enciclopédia* ou *conhecimento do mundo* partilhado pelos falantes — e isto no que tange tanto à produção como à recepção-interpretação. Em qualquer destes dois pólos, intervém poderosamente o *universo de conhecimentos*, que é utilizado como *elemento de sentido* que opera basicamente, por um lado, como fonte supletivadora de informações *implicitadas* e de informações meramente *indicadas* pelos elementos verbais actualizados, e, por outro lado, como baliza para a projecção de um determinado valor de comunicação para esses mesmos elementos.

Convirá salientar que nesse universo de conhecimentos se congregam a ordenação intelectual que os falantes detêm do mundo (hoje amplamente explorada com recurso às noções de *frame*, *script*, *scenario*), o domínio de princípios que regem o exercício do pensamento, as «crenças» e outras representações simbólicas agregadas numa dada comunidade (mas também ao nível individual através de «sistemas de sentido» estritamente pessoais) aos «objectos», situações, acontecimentos..., os interesses e sistemas de valores na base dos quais os falantes se situam perante si mesmos, perante os outros e perante o mundo, e ainda o domínio dos princípios que comandam a própria interacção comunicativa.

Sendo assim, torna-se claro que ao considerarmos as relações entre o que sucessivamente é configurado no mundo textual que suportam a coerência do Texto nos situamos, como acentuam R. de Beaugrande e W. Dressler, «somewhat beyond the text as it is actually made manifest in sound or print». Na verdade — e como escrevem aqueles mesmos Autores — «Coherence is clearly not a mere feature of text, but rather the outcome of cognitive processes among text users»<sup>11</sup>.

Na diversidade e complexidade das dimensões operantes na construção do Texto e na constituição do sentido nele e por ele manifestado radica a questão dos *graus de coerência textual*, que

---

<sup>11</sup> BEAUGRANDE, R. DE; DRESSLER, W. — *Introduction to Text Linguistics*, London, 1980, p. 6.

basicamente têm a ver não apenas com a extensão, profundidade e integração do saber de que são portadores os falantes, mas também, e sobretudo, com a efectiva capacidade que estes revelem de utilizarem adequadamente esse universo de conhecimentos como elemento de sentido <sup>12</sup>.

A continuada interdependência e interacção *texto-situação-conhecimento do mundo* mostra que àquela unidade linguística convém uma caracterização em termos eminentemente enunciativo-pragmáticos, e não em termos estritamente idiomáticos.

A Linguística dos nossos dias, tendo superado decididamente (e, talvez, também definitivamente) o estritamente idiomático — pela abertura à consideração das condições do uso das línguas, do seu funcionamento em contextos de comunicação, e do seu suporte lógico-conceptual, cognitivo (que assinala a estreita interligação entre as LNs e o exercício do pensamento, a apreensão cognitiva do mundo) —, tendo assumido em plenitude a natureza interactiva, dialógica, do exercício verbal (que marca toda a configuração das LNs e a sua projecção em discursos) e tendo mesmo suscitado o Texto como o signo linguístico «originário» — a Linguística dos nossos dias, dizia, está, finalmente, apetrechada para fazer ouvir a sua voz numa *ciência do texto*.

Foi essa ciência do texto, visivelmente marcada por uma clara vocação interdisciplinar, que aqui nos convocou — e, com certeza, não em vão...

Fevereiro de 1985

*Joaquim Fonseca*

---

<sup>12</sup> Convirá observar que o locutor deverá controlar todas estas variáveis, procurando ajustar a construção do Texto a uma imagem correcta do universo de conhecimentos que pressupõe dominar o seu interlocutor. Visivelmente, a construção do Texto é uma actividade que o locutor partilha com o receptor, que no texto se inscreve (e, com ele, a relação interaccional que mantém com o locutor) sob múltiplas formas.